

**NÚCLEO HISTÓRICO DO BAIRRO
GRANBERY**

Nota Prévía de Pesquisa

Patrícia Falco Genovez

**JUIZ DE FORA - MG
CLIO EDIÇÕES ELETRÔNICAS**

1998

FICHA CATALOGRÁFICA

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Núcleo Histórico do Bairro Granbery.** Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. 51 p. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 6)

<http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr>

1. História de Juiz de Fora
2. História Urbana
3. Patrimônio Histórico

Clioedel
- Clio Edições Eletrônicas -
Projeto virtual do Arquivo Histórico da UFJF

E-mail: clionet@cpd.ufjf.br
<http://www.ufjf.br/~clionet/clioedel>

Endereço para correspondência:
Arquivo Histórico da UFJF
Prédio do CDDC - Campus Universitário
Juiz de Fora - MG - Brasil
CEP: 36036-330
Fone: (032) 229-3750
Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Prof. Dra. Maria Margarida Martins Salomão
Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto
Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Murilo Gomes de Oliveira
Diretor da Editora: Professor Mestre Galba Ribeiro Di Mambro

SUMÁRIO

Apresentação	03
1. Aspectos Históricos	11
2. Fontes	45
Anexos	
Anexo 01	48
Anexo 02	49
Anexo 03	50

APRESENTAÇÃO

O texto histórico elaborado por **Patrícia Falco Genovez** para o trabalho *Núcleo Histórico do bairro Granbery*, sexto volume da Coleção História e Arquitetura de Juiz de Fora, foi o resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido por uma equipe composta pela professora Mestre **Leda Maria de Oliveira**, responsável pela parte referente à História Oral; pela consultora em História da Arte, professora Mestre **Maraliz de Castro Vieira Christo**, do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e por duas estagiárias do Curso de História da UFJF, **Daniella Pires de Freitas** e **Raquel Pereira Francisco**.

Uma outra equipe, de arquitetos e urbanistas, complementa o trabalho realizado: **Raquel de Oliveira Fraga**, arquiteta; **Mônica C. Henriques Leite**, estagiária;

Professora Mestre **Maria Julieta Nunes de Souza**, consultora na área de arquitetura e urbanismo, do Departamento de Arquitetura da UFJF; e dois consultores externos: Professor Mestre **Antônio Pedro de Alcântara** e Professora Doutora **Dora Monteiro de Alcântara**. Um funcionário do Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN), o arquiteto **Paulo Gawryszewski**, complementa a assessoria por parte da Prefeitura.

A pesquisa integra o projeto *Cidade Humana* da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (IPPLAN) em parceria com a UFJF. Este projeto tem, entre outros objetivos, o tombamento de, aproximadamente, 170 imóveis. A Fundação Centro Tecnológico (FCT) da UFJF é a responsável pelo gerenciamento financeiro deste projeto, resguardando os direitos dos pesquisadores envolvidos. Os coordenadores são, por parte da Prefeitura, o Diretor de Planejamento do IPPLAN **Álvaro Henriques**

Giannini e, por parte da UFJF, o Diretor da Faculdade de Engenharia, na ocasião o Professor **Júlio César da Silva Portela**.

É de fundamental importância esclarecer que as construções abordadas na presente obra fazem parte de um inventário produzido pela empresa *Século XXX*. Para cada um dos imóveis relacionados no inventário, abriu-se um processo, contendo justificativas históricas e arquitetônicas elaboradas com o intuito de instruí-lo. Posteriormente, os processos são encaminhados à Comissão Permanente Técnico-Cultural (CPTC) que emite, ao Prefeito, o parecer sobre o tombamento ou não do imóvel.

Tendo em vista o prazo de razoabilidade estabelecido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, as equipes, de Arquitetura e História, tiveram quatro meses para finalização das

justificativas. Tal realidade de trabalho nos forçou a estabelecer uma metodologia: os imóveis em processo de tombamento foram, portanto, divididos em grupos cujas características históricas apresentam um fio condutor direcionado por aspectos culturais, sociais e geográficos.

Assim, a parte das justificativas elaboradas pela Equipe de História para os processos acompanha o desenvolvimento histórico da cidade de Juiz de Fora de forma cartográfica. Ou seja, a partir de um mapa, foram identificados grupos de edificações que apresentam características históricas específicas e os vários diálogos com o todo já configurado na cidade.

Essa metodologia, além de facilitar o trabalho das equipes e da própria Comissão que relata os processos, é fundamental para que os imóveis não sejam avaliados de forma isolada, o que diminui drasticamente seu valor histórico. Sem a visão de conjunto e do contexto no qual o

Núcleo Histórico do bairro Granbery bairro Granbery

imóvel encontra-se inserido, é quase impossível reconhecer seu valor enquanto repositório da história do local onde foi edificado e do próprio município. Fatores extremamente importantes para a definição da identidade dos cidadãos de nossa cidade.

Uma identidade capaz de nos conferir a cidadania enquanto juízes e, num plano mais amplo, enquanto brasileiros. Cidadania da qual a CPTC, juntamente com o Prefeito, se tornaram guardiães. De suas decisões de tombamento ou não, depende a formação de nossa identidade e, por conseguinte, de nossa cidadania. As edificações em processo de tombamento são documentos que testemunham a nossa história. Documentos que não estão guardados em museus ou bibliotecas, estão em nossas ruas à vista daqueles que aqui moram e dos que nos visitam.

Em virtude do tempo reduzido para a elaboração das

Núcleo Histórico do

justificativas acordou-se com o IPPLAN que não seriam feitas as justificativas de prédios públicos e eclesiásticos, assim como das fazendas que circundam o município. O trabalho, portanto, voltou-se para as edificações privadas, localizadas no centro urbano, ficando os demais prédios para um trabalho posterior. Durante o tempo determinado para realização do trabalho, foram feitas algumas exceções, dada a urgência jurídica de alguns processos. Por isso, alguns deles tiveram que ser trabalhados fora do conjunto no qual estavam inseridos, como por exemplo, a Vila Spinelli (rua Espírito Santo), o armazém do Senhor Manoel Ferreira (avenida Rio Branco) e uma casa na rua Bernardo Mascarenhas. Todos esses imóveis integrarão, na forma de anexo, o texto referente ao conjunto no qual cada um se encaixa. Quanto aos demais, estabeleceu-se os seguintes grupos a serem trabalhados e que foram entregues à Divisão de Patrimônio Arquitetônico e

Núcleo Histórico do bairro Granbery
bairro Granbery

Cultural (DIPAC), nas datas respectivas:

- 1) Praça da Estação (12/04/1998);
- 2) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte baixa (01/05/1998);
- 3) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte alta (19/05/1998);
- 4) Rua Batista de Oliveira (parte central) e avenida Getúlio Vargas (10/06/1998);
- 5) Bairro Granbery, compreendendo as ruas Antônio Dias, Batista de Oliveira (depois da avenida Independência), Sampaio e Barão de Santa Helena (14/07/1998);
- 6) Rua Espírito Santo (14/07/1998);
- 7) Alto dos Passos: avenida Barão do Rio Branco, ruas Moraes e Castro e Osvaldo Aranha (17/08/1998);
- 8) Avenida Barão do Rio Branco a partir do Parque Halfeld até o Largo do Riachuelo (17/08/1998);

Núcleo Histórico do

9) Rua Bernardo Mascarenhas, avenida dos Andradas e bairro Mariano Procópio (17/08/1998).

Ressaltamos, ainda, que o conhecimento produzido (as justificativas históricas e arquitetônicas) a partir desse esforço de pesquisa será, posteriormente, reavaliado e, até mesmo, complementado tendo em vista os dados obtidos após sua formulação. Ele integrará a Coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*, lançada com o intuito de incentivar novas pesquisas, uma vez que levanta pontos e lacunas importantes da história da cidade de Juiz de Fora, do final do século XIX até metade do século XX. Além disso, levanta questões pertinentes em relação à história arquitetônica da cidade. Pode-se, a partir desse trabalho, pensar tais imóveis num outro recorte com uma perspectiva voltada, por exemplo, para a evolução arquitetônica dos prédios em processo de tombamento. Enfim, muitas alternativas se abrem para futuras pesquisas

seja na área de história, seja na área de arquitetura ou mesmo de um diálogo frutífero entre ambas.

Chamamos a atenção para o fato de que os textos serão publicados como notas prévias de pesquisa, tendo em vista que os mesmos não apresentam qualquer alteração em relação ao conhecimento produzido e entregue à DIPAC (órgão competente da Prefeitura responsável pelos processos de tombamento). Houve apenas uma edição mudando o *layout*: duas colunas e formato paisagem. Além disso, em cada processo de tombamento, montado pela DIPAC, segue, além do texto referente aos aspectos históricos, a descrição pontual do respectivo imóvel. Nesta publicação, as várias descrições arquitetônicas aparecem reunidas. No tocante à parte arquitetônica, os textos básicos desenvolvidos pelas professoras Maraliz de C. Vieira Christo e Maria Julieta Nunes de Souza, colocados na forma de anexo nos

processos entregues à DIPAC, foram publicados à parte.

Finalmente, cabe-nos realçar as várias pessoas e instituições que contribuíram para esta pesquisa, recebendo a equipe de história com distinção, profissionalismo e simpatia. Nosso agradecimento também se estende a todos que, gentilmente, contribuíram através de seus relatos e depoimentos. Aceitando o risco de esquecer de algum colaborador, gostaríamos de citar cada uma das instituições e pessoas que tanto colaboraram para este trabalho:

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF na pessoa do seu diretor Professor Mestre Galba Ribeiro Di Mambro e da funcionária e historiadora Carla Suely Campos;

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA na pessoa do seu diretor Antônio Henrique Lacerda e pela colaboração de seus funcionários e historiadores: Elione Silva Guimarães

Núcleo Histórico do bairro Granbery
bairro Granbery

e Francisco Carlos Limp Pinheiro;

- à BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES, pela colaboração de sua funcionária e historiadora Heliane Casarim Henriques;

- ao MUSEU MARIANO PROCÓPIO, na pessoa de seu diretor Dr. Antônio Carlos Duarte e pela colaboração dos funcionários: Maria de Fátima Araújo Aguiar, Carlos Henrique Saldanha, Rita de Cássia de Andrade Procópio, Eneida Maria de Miranda e Aloísio Arnaldo Nunes de Castro;

- ao ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA, pela colaboração e simpatia com que recebeu a equipe de história, especialmente ao seu organizador, o jornalista, historiador, cronista, pintor, cantor, humanista... senhor Dormevilly Nóbrega;

- à CASA DE ANITA na pessoa do Dr. Marcelo Mega;

Núcleo Histórico do

- à Divisão de Comunicação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (DICOM) e aos funcionários que, gentil e pacientemente, atenderam às estagiárias, na busca incansável de processos de construção;

- à Secretaria da SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA que, gentilmente, abriu-nos as portas de seu arquivo;

- ao INSTITUTO GRANBERY, pela grande colaboração de seus funcionários do Arquivo Documental Dr. Lander: Professor Ernesto Giudice Filho e Professora Soraia Maria Lopes da Silva;

- à Diretoria da CASA ESPÍRITA, na pessoa da senhora Aelce Horácio Souza;

- ao MINISTÉRIO DA MEMÓRIA DA IGREJA METODISTA, pela colaboração do senhor Paulo Lima;

- à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL pela colaboração de seus diretores e funcionários;

Núcleo Histórico do bairro Granbery
bairro Granbery

- ao ARQUIVO DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO, pela colaboração da funcionária Ozana de Fátima Paiva Cabral Silva e da Professora Beatriz de Vasconcellos Dias de Miranda;

- à SECRETARIA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO de Juiz de Fora;

- à EMPRESA A & S SOFTWARE Ltda., pela assistência na digitalização das fotografias e mapas e pela colaboração valiosa prestada por Adriano Braz Falco Genovez e Silene M. Felizardo Genovez.

Às pessoas que aceitaram dar seu depoimento, contando sobre a história da cidade, toda nossa estima. São elas: Sr. Oswaldo Costa (“Congo”); Dr. Antônio Fernando Vieira Braga, Dr. José João Mokdeci; senhora Mounira Haddad Rahmn, senhor Luiz Carlos Fazza; senhor Alberto Surerus Moutinho (por ter recolhido

Núcleo Histórico do

informações com outros funcionários do Banco do Brasil: Ary Geraldo, Leon Pereira Nehrey, Édson Mega e Mauro Lucci) e pela entrevista e disponibilidade em abrir seu arquivo pessoal de fotos da cidade; senhor Manoel Borges de Carvalho; senhor José Márcio Peralva; senhor Moysés A. Arbex; Doutor Alberto Arbex; senhora Nual Krayem Arbex; senhora Nabia Farage Miana; senhora Amélia Sfeirr Feres; senhora Cléa Feres Nacif; senhora Ináh Mello de Carvalho; jornalista Mário César Manzolilo de Moraes; senhor Fúlvio Marcos De Landa Júnior; jornalista Natalle Chianello (Natálio Luz); senhor Nildo Tavares; senhor Sebastião Garibaldi Pifano; senhor Luarino Cortes Carvalho; senhora Maria Teresa Merhi Abi-Nasser; Dr. Edelo Abraham Assad; Dr. Rubem Sottomayor; senhora Inês Ciuffo; historiadora Valéria Ferenzini; escritora Cleonice Rainho Thomaz Ribeiro; Dr. Manoel Monachesi; senhor Nilton Soranço; senhor Mário Soranço; senhora

Núcleo Histórico do bairro Granbery
bairro Granbery

Gioconda Soranço; senhor Sebastião Tomaz; senhora Vânia Maria Moreira Ranzoni; senhora Maria da Glória Moreira Ranzoni; senhora Delourdes Conceição Pratini de Almeida; senhor Antônio Vidal Campante; senhora Maria Ignez Michels; senhora Aelce Horácio de Souza; senhor Demétrio Pável Bastos; Padre David José Reis; artista plástica Nívea Bracher; doutor José Carneiro Gondin; senhora Jahira Mattos de Medeiros; doutor Waldemar Medeiros; Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti; senhor Dormevilly Nóbrega; Irmã Maria Helena Souza de Faria; psicóloga Maria de Lourdes Mascarenhas; Dr. Roberto Villela Nunes; Dr. Hermenegildo Villaça Freitas; senhora Lucy Junqueira Costa Reis; senhora Maria José Junqueira Villela de Andrade; Senhora Cristina Ribeiro de Castro; senhora Yolanda Maria Junqueira Villela de Andrade Melo; professora Sílvia Maria Belfort Villela de Andrade;

Núcleo Histórico do

professora Vanda Arantes do Vale; senhora Alice Salzer Rodrigues e Sr. Antenor Salzer Rodrigues.

Com todos tivemos a oportunidade de aprender muito mais do que história. Através de seus relatos e dos contatos estabelecidos, todos, indistintamente, nos ensinaram preciosidades, contando sobre suas experiências de vida. A esses, que já consideramos amigos, nosso imenso carinho.

Um agradecimento especial se faz necessário ao Professor Galba Ribeiro Di Mambro, já mencionado enquanto diretor do Arquivo Histórico da UFJF, que prestou seu total e irrestrito apoio à publicação propondo, inclusive a formação da presente coleção. O Professor Galba, diretor da Editora Clio Edições Eletrônicas, tem nos orientado na edição e constituição da coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*.

Outro agradecimento especial cabe-nos fazer às

estagiárias da equipe de história que demonstraram uma dedicação que vai além do profissionalismo. Daniella Pires de Freitas e Raquel Pereira Francisco que trabalharam além das horas propostas, levantando dados e percorrendo arquivos, por respeito e amor à história. Elementos que em nenhum momento faltaram à Professora Leda Maria de Oliveira, incansável nas entrevistas e contatos. Do convívio diário com Leda, Daniella e Raquel ficou a grande lição de que um bom trabalho começa sempre com a humildade e a verdade, numa busca constante e honrada pela dignidade profissional do historiador.

Enfim, muitos obstáculos e problemas estiveram à nossa frente, formando barreiras por vezes quase intransponíveis. Por todos os desafios superados, fica apenas a certeza de que, através de nossa força, o poder de Deus se fez presente.

Patrícia Falco Genovez

ASPECTOS HISTÓRICOS

Patrícia Falco Genovez¹

Toda ação humana (e não apenas o hábito ou o costume) é culturalmente informada para que possa fazer sentido num determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais.

Clifford Geertz. A interpretação das culturas

As palavras do antropólogo Clifford Geertz têm fornecido amparo às várias pesquisas que, nos últimos anos, estão sendo produzidas na história, nas áreas econômica, social, política e cultural. É, portanto, partindo

¹ Doutoranda no programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de História Regional da UFJF, membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica de História do Brasil (<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>), historiadora responsável pela elaboração final do texto histórico para instrução de processos de tombamento, junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

de instrumentos antes confinados à antropologia, como os comportamentos sociais, a sociabilidade, o modo de viver de um determinado grupo humano, os símbolos e ritos, que os historiadores estão abrindo espaço dentro da disciplina histórica para analisar, em melhor estilo, questões que englobam o social e, principalmente, o cultural.

Por que devemos ter em mente estas possibilidades de análise e de fonte de pesquisa? Bem, porque o conjunto histórico arquitetônico que se encontra no bairro Granbery evoca questões ainda pouco tratadas pela história. Os imóveis em processo de tombamento, situados em quatro ruas do bairro: Batista de Oliveira, Barão de Santa Helena, Sampaio e Antônio Dias, levantaram lacunas em nossa história que, neste breve exercício com os dados coletados, pudemos apontar na esperança que outros historiadores tragam novas contribuições.

A um primeiro olhar nos foi possível perceber a existência de lógicas diferentes na ocupação de cada uma das ruas supra citadas e, no conjunto, o bairro ofereceu, nas primeiras décadas deste século, uma alternativa para um estilo mais confortável de moradia. Mudando um pouco o ângulo de análise, um outro fator, também, chama a atenção: em cada uma destas ruas há símbolos evidentes que se contrapõem e, ao mesmo tempo, encontram espaço para confraternizar comportamentos sociais diversos.

Assim, temos na rua **Antônio Dias** (os nomes de ruas e números que aparecem em negrito, ao longo do texto, remetem à edificações que se encontram em processo de tombamento) ², a Igreja do Rosário, símbolo

² Conforme ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora - 1915**. p. 160. *A rua Antônio Dias começa na Batista de Oliveira e termina na do Progresso [Santos Dumont] e Igreja do Rosário. É o seu título uma homenagem ao saudoso Antônio Dias Tostes, nome que faz parte dos anais juizforanos.*

evidente da cultura e do comportamento católico ³; na rua **Barão de Santa Helena** ⁴, a antiga sede da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora ⁵, símbolo de uma outra mentalidade ligada à caridade e ajuda mútua; na rua **Sampaio** ⁶, na segunda década deste século, a chegada do espiritismo, representante de uma alternativa religiosa com uma proposta diversa e marginal na sociedade católica da

³ Sobre a Igreja do Rosário ver BASTOS, Wilson de Lima. **O badalo do sino**. p. 103.

⁴ Sobre a origem do nome dado à esta rua ver ESTEVES, Albino. op. cit., p. 522 (ANEXO 01)

⁵ Para conhecer Estatuto da Sociedade Beneficente ver ANEXO 03.

⁶ Sobre a rua Sampaio ver ESTEVES, Albino. op. cit. *Começa no Morro do Rosário e finda na rua Direita. A Resolução 474 de abril de 1902 autorizou a desapropriação de terrenos para o alargamento da rua Sampaio. A Câmara, em 28 de outubro de 1865, aceitou dos Srs. Anacleto José Sampaio e Dr. José Caetano de Moraes e Castro os donativos dos terrenos feitos e decretou a abertura da Travessa do Sampaio, suprimindo da planta da cidade a rua da Independência, sendo pedido a aprovação do presidente da província. O Sr. Sampaio pediu quatrocentos mil réis como indenização desse serviço (...)*. p. 164.

época; na rua **Batista de Oliveira** ⁷, o Instituto Metodista, também representante de uma religião em conflito com a Católica e com objetivos claros de uma educação voltada para a moral e para a perspectiva de progresso, pelo qual a cidade vivia neste tempo. Elementos variados e de riqueza inquestionável para a história sócio-cultural de nossa cidade, que teremos a oportunidade de conhecer alguns dados através dos processos de tombamento trabalhados neste espaço.

Antes, contudo, é fundamental contextualizarmos

⁷ Sobre a rua Batista de Oliveira ver ESTEVES, Albino. op. cit., p. 160-161. *A Resolução de 21 de janeiro de 1903 mudou o título da rua do Comércio para a de Batista de Oliveira. Em 12 de janeiro de 1870 são dadas as escrituras de compra dos terrenos a José Antônio Henriques e Venâncio Delgado Motta faltando apenas obter a dos herdeiros de Manoel Amado, para a abertura da rua. O Sr. Eduardo Camillo de Campos em 1883 doou terrenos para a rua e seu prolongamento. O Sr. Capitão Antônio Dias Tostes doou em 10 de agosto de 1881 um terreno à rua do Comércio no entroncamento dessa rua com a travessa do Sampaio para a abertura da mesma rua.*

não apenas o bairro em si, do ponto de vista espacial e histórico, como também a cidade no final do século passado e início deste. Ainda no século XIX, Juiz de Fora, dado o desenvolvimento da Zona da Mata, intensificou suas atividades comerciais e de armazenamento e escoamento de café. *Uma concentração de capital capaz de suscitar o crescimento industrial da cidade, principalmente nos ramos têxtil, de alimentação e bebidas, acompanhando o que se observa nos grande centros do país.*⁸ O crescimento urbano da Zona da Mata foi surpreendente entre os anos de 1820 e 1900, chegando a razão de 1274%.⁹ Com um crescimento populacional urbano de 2500% entre os anos de 1855 e 1890¹⁰, a

cidade foi gradativamente definindo seu espaço urbano.

*A partir do último quartel do século XIX há uma melhoria geral da estrutura urbana e dos serviços e atividades a ela relacionadas. Na década de 1880 o município já vai dispor de um sistema de transportes urbanos, com a organização da Cia. Carris Urbanos de Juiz de Fora em 1880, serviços de telefonia (1883), telégrafo e água encanada (1885).*¹¹

Todo o processo de evolução urbana deve ser entendido como parte de uma transformação maior, que abrange a própria estrutura da economia agroexportadora. Com a abolição, novas formas de trabalho impulsionam o sistema de crédito dinamizando o nível de consumo e de

⁸ CHRISTO, Marliz de Castro V. **Europa dos pobres:** A Belle Époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. p. 11.

⁹ MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder;** políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1990. p. 86.

¹⁰ Idem. p. 99.

¹¹ PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930.** Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1994. p. 154. Ver também GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora.** Juiz de Fora:

monetização da economia. Estas alterações irão *redimensionar as articulações e as funções que o setor urbano vinha desempenhando no interior da estrutura econômica agroexportadora.*¹² Passa a imperar a lógica capitalista. Com uma rede de serviços e atividades bastante variada, Juiz de Fora vai, gradativamente, se firmando como um dos principais centros urbanos do Estado. Entre os anos de 1870 e 1925 o crescimento do número de estabelecimentos comerciais aumentou em 276,84%, tornando-se o mais intenso da Zona da Mata. Com a alfândega, em 1893, o município consolida sua posição de pólo comercial e econômico. Entre os anos de 1904 e 1905 a cidade detém 14,45% do total de estabelecimentos comerciais de Minas Gerais, perdendo

EDUFJF, 1988. p. 73.

¹² PIRES, Anderson J. op. cit., p. 157.

apenas para a capital Belo Horizonte.¹³

Tal contexto se faz presente na conformação do centro urbano da cidade. Reafirmam-se traços originais já identificados desde a década de 1860. Na área central da cidade, encontravam-se não apenas os centros de poder: Igreja, Repartições públicas e Praça Central, como também era o local de residência da elite agrária e onde se fixaram os profissionais liberais e os comerciantes. Conforme podemos observar no mapa 01¹⁴, ao sul, no bairro Alto dos Passos, pode-se perceber outro núcleo de povoamento, área de residências nobres, alvo de investimentos de particulares. Ao norte, já na década de 1860, inicia-se a expansão dos bairros Mariano Procópio e Fábrica.¹⁵ *Com o passar do tempo novas linhas de*

¹³ Idem.

¹⁴ Ver o volume 11 da Coleção “História e Arquitetura de Juiz de Fora”.

¹⁵ MIRANDA, Sônia R. op. cit., p. 94 a 97.

*evolução da cidade vão se estabelecendo e aos poucos começam a aumentar a ligação entre áreas até então espacialmente separadas.*¹⁶ O bairro Granbery, portanto, localizava-se numa área ainda periférica. Ou seja, o centro da cidade praticamente ficava restrito até a rua Espírito Santo.¹⁷

É, justamente, em uma dessas áreas ainda pouco povoada, e que fará futuramente a ligação entre dois centros de povoamento, que se encontram os imóveis em processo de tombamento: na **rua Batista de Oliveira** os números: **917, 962, 1040, 1122, 1126 e 1152**; na **Antônio Dias** os números **617, 741, 593, 415, 310 e 300**; na **rua Barão de Santa Helena**: **47/63, 98, 181, 195, 201, 217/245, 249/257, 265/273**; na **rua Sampaio** o número **121**. Passemos, portanto, ao levantamento de dados e

¹⁶ Idem. p. 98.

¹⁷ Idem. p. 167 a 194.

colocação de novas possibilidades e proposta de pesquisa da nossa história.

Começando a partir da rua Batista de Oliveira já podemos observar uma lógica diferente de ocupação daquela apresentada ao longo desta rua, localizada mais no centro da cidade. Esta rua, na parte próxima às ruas Marechal Deodoro e Halfeld, apresenta um padrão de ocupação ligado ao comércio. Teve, conforme observação dos almanaques de profissões e catálogos telefônicos, uma ocupação inicial partindo do centro da cidade. Para se ter uma idéia, de acordo com o almanaque de 1891, a numeração ia até o número 67.¹⁸ A numeração começou a ser alterada na virada do século XIX para o século XX. Já em 1916 a numeração começa a crescer e seguir em direção ao bairro Granbery.

Contudo, é importante que este ponto seja frisado:

¹⁸ **Almanaque de Profissões de Juiz de Fora, 1891.**

Núcleo Histórico do bairro Granbery bairro Granbery

ocorre uma ocupação diferente daquela do centro da cidade, voltada para o comércio. Na década de 10 e 20, época da construção de grande parte dos imóveis em processo de tombamento, ainda há três secos e molhados nas imediações: o de propriedade do Sr. Romanelli Júnior, no número 780; o do Sr. Joaquim Rodrigues, no número 708 e do senhor Antônio S. Nascimento, no número 675. Um pouco mais acima, tinha a fábrica de pregos do senhor Oswaldo Martins Ferreira. No número 707 havia a Padaria Almeida e Falci e no 750 a Farmácia da viúva Barros. Ainda próximo, no número 727, o barbeiro Cabral. Mas, já aparece uma característica que irá, gradativamente, diferenciar esta parte da rua: no número 892, estavam localizados os doutores Casemiro Villela Filho e Luiz de Souza Brandão.¹⁹ Vizinho deles, outro médico, o doutor

¹⁹ Conforme depoimento da professora Sílvia Maria Belfort Villela de Andrade, em 10/06/1998, à Professora Mestre Leda Maria de

Núcleo Histórico do

Alberto Andrés.²⁰

Posteriormente, na década de 40, a característica da rua, voltada para os serviços ligados às profissões liberais ficam ainda mais evidentes. No mesmo endereço, instalam-se o advogado doutor Moacyr Borges de Mattos e a cirurgiã dentista doutora Marília Borges de Mattos. A casa dos Borges de Mattos, número 1050, foi construída nos anos 30. O senhor João Borges de Mattos, vice-Consul de Portugal durante muitos anos era pai do doutor Moacyr e da doutora Marília.²¹ Outros dois dentistas ficavam nas imediações: o doutor Arlindo Leite e o doutor Eugênio Nery. Próximo a este último, ficava o Posto de Serviços e

Oliveira, seu tio, o doutor Casemiro foi presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora mais ou menos na década de 20. Há uma rua com o nome dele no bairro Santa Helena.

²⁰ **Catálogo telefônico.** n. 21. Juiz de Fora, 1916. **Catálogo telefônico.** 1935

²¹ Conforme PASSAGLIA, Luis Alberto. **Pré-Inventário.** Volume III.

Garagem do italiano Cláudio M. Bianchi.²²

Um pouco mais acima na rua Batista de Oliveira, estão localizados dois imóveis, pertencentes ao Instituto Granbery da Igreja Metodista: os **números 1126 e 1152**. Estes foram sempre ocupados por professores ligados à direção do colégio de mesmo nome. No **número 1126** residiu o doutor Josué Cardoso da Fonseca, membro do Conselho Federal de Educação. O imóvel ao lado, o **número 1152**, foi residência do doutor Moysés de Andrade, pai do professor doutor Lauro de Andrade e ex-diretor da Faculdade de Engenharia da UFJF.²³

Estes dois imóveis estão entre as aquisições de maior valor efetuadas pelo Instituto Granbery. A venda das duas casas e do terreno foi feita pela Baronesa de São José Del Rey em 04/12/1910. Nas divisas dos imóveis e do

²² **Catálogo Telefônico**. 1942.

²³ Conforme PASSAGLIA, Luis Alberto. **Pré-Inventário**. Volume

terreno estavam: *Alfredo de Souza Bastos, Dona Carolina de Assis com os irmãos Leão, por outro lado, a viúva Alexandre Nery, Franklin Camillo de Campos e, pelos fundos, o doutor João José Vieira.*²⁴ Em frente a estes imóveis foi construído o prédio do Instituto. Em 1898, aprovou-se a proposta do Major Modesto Camillo de

III.

²⁴ ARQUIVO DOCUMENTAL Dr. LANDER. Caixa 179 a 183, Documentos Cartoriais. Registro de Imóveis, Cartório do Primeiro Ofício, número 8702. Conforme PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão**. p. 167 e OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides juizforana**. p. 83, o filho do doutor João, João José Vieira Júnior, professor no Instituto Granbery, foi o loteador do bairro Granbery. Promotor de Justiça em diversas cidades mineiras. Juiz de Direito substituto em 1900. Diretor da Cia. Ferro Carril e Bondes, encampada pela Cia. Mineira de Eletricidade em 1905. Os depoimentos do doutor Waldemar Medeiros e de sua esposa Jahira Medeiros, concedidos à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 04/06/1998, confirmam a venda de algumas áreas antes adquiridas pelo Instituto. Antigo aluno do Colégio, o doutor Waldemar comprou a casa em frente ao antigo internato feminino, onde conheceu sua esposa. Os documentos referentes a esta compra encontram-se no Cartório Massote, livro 1-B, folha 193, número 23.500.

Núcleo Histórico do bairro Granbery bairro Granbery

Campos para venda do terreno e da casa ao preço de cinquenta contos de réis.²⁵

Inúmeras outras propriedades foram adquiridas pelo Instituto Granbery da Igreja Metodista e, é interessante estarmos atentos para esta conquista territorial porque ela trará elementos importantes na conformação do próprio bairro. Além disso, através dela, poderemos trazer à luz outras perspectivas culturais. Portanto, foi em 1899, que os Metodistas iniciaram sua conquista de espaço no local. Uma conquista importante se pensarmos que, até então, a propriedade da Igreja Metodista estava restrita ao outro pólo de desenvolvimento concentrado no Mariano Procópio. Um terreno adquirido da família Ferreira Lage

²⁵ ARQUIVO DOCUMENTAL Dr. LANDER. Conforme Ata da Reunião ocorrida em 22/12/1898. As condições de pagamento do terreno foram as seguintes: vinte contos no momento da escritura e o restante, trinta contos, pagos no prazo de três anos.

Núcleo Histórico do

em 1895, na rua Agassiz.²⁶ Assim, o Major Modesto Camillo de Campos foi o primeiro a vender aos metodistas um prédio em terreno com frente para a Batista de Oliveira e para a Barão de Santa Helena.²⁷

Outras aquisições foram feitas na rua Batista de Oliveira. Em 1909, foi vendida uma casa por Joaquim Augusto Campos confrontando com Pedro Augusto Rodrigues da Costa, pelos lados e fundos com a Senhora Emília de Faria.²⁸ Ainda neste no ano de 1909, antes desta aquisição, foi comprado um prédio na rua Barão de Santa Helena, dividido em cinco moradas, de propriedade do senhor Francisco Furtado de Mendonça, confrontando com o colégio Granbery, Senhora Emília de

²⁶ ARQUIVO DOCUMENTAL Dr. LANDER. Caixa 179 a 183, Documentos Cartoriais.

²⁷ Idem. A venda foi efetuada em 10/01/1899.

²⁸ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 8043, em 17/07/1909.

Faria e Senhora Ermelinda de Magalhães Gomes.²⁹ Em 1910, a casa do senhor Pedro Augusto, que fazia divisa com a casa comprada, também foi adquirida.³⁰

Em 1914 foram adquiridos o terreno de número 49, com um total de 968 m², vendido pela Senhora Amélia de Campos Ribeiro.³¹ Quatro meses depois, foi comprado um outro terreno na rua Antônio Carlos, vendido por Cesário Fioravante.³² Em 1920, outros dois terrenos foram adquiridos, nesta mesma rua, junto ao doutor João José Vieira.³³ Quatro meses depois, foi comprada uma chácara,

²⁹ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 7937, em 20/01/1909.

³⁰ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 8354, em 10/03/1910.

³¹ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 10538, em 14/04/1914.

³² Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 10697, em 18/08/1914.

³³ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número

no fundo da rua Sampaio, contendo: uma avenida com cinco moradas, coberta de telhas, assoalhadas, forradas e envidraçadas, todas com instalações elétrica e relógio medidor. Em uma, poço d'água e uma bomba; mais uma casa isolada, coberta de telhas, assoalhada e envidraçada; três choupanas, duas cobertas de telhas e uma de zinco; outras dependências e o respectivo terreno com área de 83.973 m², mais ou menos, inclusive as áreas destinadas à diversas ruas, umas já feitas e outras projetadas, dividindo pela nascente, por um valo, com herdeiros de Antônio Gonçalves Carneiro, pelo poente com José Cesário Carneiro Leão, por um valo em toda a sua extensão, e pelo norte com o doutor Francisco Valadares, com o sucessor de Rodolpho de tal, por cerca de arame, depois com Lourival de tal por cerca de arame,

13896, em 17/06/1920.

*Pedro Aquino Ramos e Juscelino Pereira da Silva, por muro com o adquirente até a linha nascente. Transmitentes: Antônio Augusto Pereira da Silva e Júlio Pereira de Andrade.*³⁴

Um dia depois, outra compra, um terreno, no prolongamento da rua Batista de Oliveira, esquina com a rua Antônio Carlos. Na rua Barão de Santa Helena, seis lotes fazendo frente para uma rua projetada. Todos os lotes vendidos pelo senhor Antônio Bento de Vasconcelos.³⁵

Em 1924, compra de uma faixa de terreno na rua Sampaio,

³⁴ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 14184, em 19/10/1920. O valor expresso no registro foi de CR\$ 75.000,00. Contudo, em conformidade à moeda corrente na época, o valor deveria ser transcrito em réis. Este valor, portanto, não foi devidamente adequado à mudança de moeda processada entre a época da compra e a transcrição do registro.

³⁵ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 14187, em 20/10/1920.

divisa com a transmitente Câmara Municipal.³⁶ Em 1927, compra de um terreno na parte alta da rua Batista, vendido pelo doutor João José Vieira.³⁷ Em 1928, compra de um terreno na rua projetada paralela à Batista de Oliveira, vendido por Firmino Frederico.³⁸

Todos esses registros e compras de imóveis servem para mostrar, primeiro, que esta parte do bairro foi progressivamente se tornando propriedade do Instituto Granbery e que, segundo, já era habitado antes da chegada do colégio. Os imóveis em processo de tombamento fazem, portanto, parte desse processo de aquisição e enraizamento não só do Instituto mas, de um modelo de comportamento, conforme fica evidente na declaração da

³⁶ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 16823, em 25/06/1924.

³⁷ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 19477, em 20/12/1927

³⁸ Idem. Cartório Onofre Mendes. Registro de imóveis número 19513, em 20/01/1928.

Diretoria do Colégio. Em Ata de 1897, dizia o Reitor Lander:

*No meu ideal a respeito do nosso Colégio, cada vez propenso para a idéia e convicção de fazer dele uma instituição como era a Universidade de Wittenberg [Alemanha] nas primeiras épocas da Reforma. Quero dizer um centro de influências fortes, positivas, francas e agressivas pelo Evangelho, cada vez mais arraigando nossos alunos na razão e justiça da nossa causa, e mostrando-lhes pela clara luz da verdade o erro e o perigo em que vivem. Um regime deste há de diminuir a frequência de alunos, porém aumentará o préstimo do Colégio para com a causa que representamos.*³⁹

A obra educacional proposta pelo Instituto Granbery tinha a intenção de apresentar à comunidade uma nova visão de

³⁹ Idem. Livro de Atas, número 1, em 18/06/1897.

*mundo, uma perspectiva “moderna” de ensinar o aluno a pensar livremente, a construir um caráter bem formado e a reconhecer os reais valores da vida.*⁴⁰

Um processo que, sem dúvida, necessita ser melhor avaliado. Todas essas aquisições espelhavam e sinalizavam a vitória dos ideais transmitidos através da educação proposta. Elas refletem a estratégia metodista de conquistar todo o país a partir do interior e, no caso da cidade, a partir da periferia. Fato que teve início em 1890, quando da vinda, à cidade, do bispo Granbery para conferência anual.⁴¹ A escolha da cidade de Juiz de Fora, se fez para além do ambiente progressista urbano-industrial, configurado na passagem do século. Nesta conjuntura, um outro dado foi fundamental: *a*

⁴⁰ NOVAES NETO, Arsênio Firmino. **As crises de um ideal**;- Os primórdios do Instituto Granbery (1889-1922). Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1997. p. 42.

⁴¹ Idem. p. 36.

formação da cidade diferia completamente das cidades da mineração, de forte característica religiosa barroca. ⁴²

Apresentando uma identidade diversa, a cidade de Juiz de Fora comportava-se diferente de Minas. *Minas é compartimentada, de religião dogmática. Juiz de Fora não é dogmática, não é unitária, é cosmopolita. Aqui, a pluralidade religiosa foi um fato desde o início.* ⁴³ Fato mais que comprovado haja visto o próprio pluralismo existente no bairro Granbery, já mencionado acima, não apenas religioso mas étnico e também profissional, com representantes de inúmeras profissões liberais.

Outros imóveis nas imediações do Instituto Granbery, na rua Batista de Oliveira compartilham desta história, embora pertençam a outros proprietários. Este é o caso da residência **número 1122**, pertencente a Ercole

Caruso, italiano que veio para o Brasil em 1926. Depois de ficar alguns anos no Rio de Janeiro, o senhor Ercole se transferiu para Juiz de Fora onde reside com os irmãos. Próxima a esta edificação, o senhor Ercole construiu a Vila Caruso a 30 anos atrás, cujo empreiteiro foi o doutor Pedro Scapim. ⁴⁴

Logo abaixo da residência do senhor Ercole Caruso, existe o prédio construído no início do século, residência do doutor Belisário Monteiro de Castro e de sua esposa Senhora Maria Carlota de Rezende Monteiro de Castro, neta do Barão de Retiro. Logo ao lado, encontra-se o prédio de **número 1040**, construído pelo senhor Oscar Gaspar Lima, por volta de 1928. A construção de uso misto, com residência na parte superior e loja no pavimento inferior, se localizava ao lado da casa da

⁴² Idem. p. 39. Sobre o assunto ver também CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos Pobres...**, p. 10.

⁴³ Idem. p. 40.

⁴⁴ PASSAGLIA, Luis Alberto. **Pré-Inventário**. Volume III.

família Borges de Mattos, já descrita mais acima.⁴⁵ O senhor Oscar era um eminente alfaiate, cuja loja se localizava mais abaixo, na Batista de Oliveira, número 596. Ainda nesta rua tinham outros três alfaiates: Emiliano Aquino, no número 660, Manoel Alves, no 659 e Remo Roque, no 387.⁴⁶ Na vizinhança mais próxima podemos citar as famílias do maestro Reich e do conselheiro do Granbery, o senhor Arino Ferreira de Moraes, também industrial e proprietário de uma fábrica de meias.⁴⁷

Logo abaixo encontra-se a edificação de **número 962**, de propriedade do senhor Pedro de Barros Muniz Falcão, um pernambucano que adquiriu o imóvel já na década de 60. O senhor Pedro trabalhou como funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.⁴⁸ Ainda nas

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ **Almanaque de Profissões em Juiz de Fora, em 1916.**

⁴⁷ PASSAGLIA, Luis Alberto. **Pré-Inventário.** Volume III.

⁴⁸ Idem.

imediações, a edificação de **número 617**, foi construída no início do século, para residência do farmacêutico senhor Ferreira, casado em segundas núpcias com a Senhora Francisca Campos Ferreira. Depois de seu falecimento, a propriedade foi comprada das herdeiras do primeiro matrimônio pelo cunhado da senhora Francisca, o senhor Cícero Porto, casado com a Senhora Maria da Conceição Campos Porto, pai do doutor Edson Campos Porto, advogado.⁴⁹ O senhor Wilson de Lima Bastos morou bem próximo ao **número 617** e relata:

Quando papai resolveu transferir a residência da Rua do Sampaio para a rua Antônio Dias, já moravam no prédio de número 617, esquina com a Barão de Santa Helena, o Sr. Portugal, se não me engano Cristiano, e sua esposa Dona Mariquinhas Portugal, com quem mamãe e vovó mantiveram relações de carinhosa

⁴⁹ Idem.

Núcleo Histórico do bairro Granbery
bairro Granbery

*amizade, a ponto de, ao nascer minha
mana Stella d'Alva, no dia 7 de junho
de 1919, D. Mariquinhas ser
destinada a sua madrinha de
Crisma(...).*⁵⁰

Logo depois o casal Portugal se mudou e novos moradores chegaram: Sr. Alfredo e Senhora Alice Soares de Oliveira.

⁵¹

Os dados acima relatados nos mostram o ambiente produzido na rua Batista de Oliveira nas primeiras décadas deste século. Isto é, através da reconstituição do comércio e da vizinhança que se colocava ao redor das conquistas obtidas pelo Instituto Granbery da Igreja Metodista, podemos perceber a formação de um ambiente bastante selecionado, formado por pessoas que possuíam um grau de cultura equivalente, geralmente, voltada para as

⁵⁰ BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 29.

⁵¹ Idem. p. 32.

Núcleo Histórico do

profissões liberais e serviços. Além disso, essas pessoas buscavam um ambiente mais confortável para morar. Algo que se diferenciava das casas já construídas no coração da cidade, menos confortáveis e com pouca privacidade. Lá no bairro Granbery⁵² era possível estar ao mesmo tempo próximos ao centro comercial e industrial que se desenvolvia na rua Espírito Santo e nas proximidades da Praça Antônio Carlos. Contudo, essas famílias se resguardavam em suas residências num local mais tranqüilo.

Este dado fica evidente, também, nos moradores da rua Sampaio, vizinhos ao **número 121**, de propriedade do Instituto Granbery, onde hoje funciona uma oficina mecânica. A construção do início do século tem, nas

⁵² O local recebeu este nome quando Itamar Franco foi prefeito da cidade. O nome foi dado em homenagem ao bispo metodista John Granbery, conforme depoimento concedido pelo senhor Antônio Vidal Campante à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em

imediações, a casa de propriedade das irmãs Áurea, Romilda e Hilda Nardelli, construída em 1925, pela Cia. Pantaleone Arcuri. Na opinião delas, até a década de 70, a rua era a melhor de Juiz de Fora. *Que tristeza. Está se transformando numa Babel.*⁵³ A mesma opinião tem a senhora Nelly Mascarenhas, residente no número 346. Os dados, portanto, reafirmam a busca por melhores condições de habitação. A propriedade do Granbery, em foco, muito provavelmente, era uma das edificações compradas juntamente com a chácara e outras moradas, em 1920, no fundo da rua Sampaio. O registro de imóvel, já citado acima, faz menção a uma casa isolada, com certo conforto.⁵⁴ Esta representa, portanto, mais um elo vivo do processo de aquisição territorial realizado pelos

11/06/1998.

⁵³ PASSAGLIA, Luis Alberto do P. **Pré-Inventário**. Volume III.

⁵⁴ ARQUIVO DOCUMENTAL Dr. LANDER. Caixa 179 a 183, Documentos Cartoriais. Registro de Imóveis, Cartório do Primeiro

Metodistas no local. Uma rua que tem nos fundos propriedades metodista e, no início, uma Casa Espírita. Novamente, neste caso, é preciso estar atento para as interações culturais e a divisão do espaço para seu enraizamento.

Conforme *O Semeador*, jornal espírita, o terreno onde hoje é a Casa Espírita, na rua Sampaio, foi comprado em 1921, para instalação de uma Escola Primária. O terreno era de propriedade do senhor Alfredo Guedes, o mesmo que fazia divisa com as propriedades do Instituto Granbery da Igreja Metodista.⁵⁵ Contudo, a Escola

Ofício, número 14.184, em 19/10/1920..

⁵⁵ ARQUIVO DOCUMENTAL Dr. LANDER. Caixa 179-183. Documentos cartoriais. Conforme documento de 7/06/1909, faziam divisa com os terrenos do Granbery, nesta data, o capitão Pedro Augusto Rodrigues da Costa, fundos Dona Emília de Faria, Dona Ermelinda de Magalhães Gomes, Alfredo Guedes, Antônio Bento de Vasconcellos, Antônio Ribeiro, Álvaro Ferreira Morais, Heitor Nunes do Nascimento e Arnulpho Moreira do Nascimento (o mesmo que comprou o terreno leilado do espólio da herdeira de dona Rita

Primária se tornou distante da sede, que funcionava no bairro São Mateus, o que fez com que o Centro funcionasse perto da escola. O terreno foi comprado *a montante para erguer o Instituto, ligado à parte já existente por escada feito no barranco.*⁵⁶ A parte do prédio já existente foi inaugurada em 1920, construído a partir de subscrição e donativos, *com frente para a rua Antônio Carlos.*⁵⁷ O dinheiro para compra do terreno foi doado por Eugênia Braga que *abriu mão de uma bolsa de estudos em Paris.*⁵⁸

A primeira presidente foi Eugênia Braga, a vice-presidente foi Firmina Braga Esteves, esposa do

de Cássia Tostes, p. 16). Sobre o Sr. Arnulpho Moreira do Nascimento ver BASTOS, Wilson de Lima, op. cit., p. 19 e 20.

⁵⁶ **Jornal O Semeador**, Setembro de 1984. Artigo: “Casa Espírita; sua história. Parte III”.

⁵⁷ Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 14/06/1998, pela senhora Maria Ignez Michels.

⁵⁸ Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 15/06/1998, pela senhora Aelce Horácio de Souza.

senhor Albino Esteves, redator do jornal *O Semeador.*⁵⁹ O restante da diretoria era composta por: Zulmira D. Poderosa, Calíope Braga (senhora Zuzu), Elvira Velloso, Anna Gogliano, Francisca E. de Jesus e Elisa Gebert Mussel. Na foto da inauguração pode-se observar apenas uma edificação próxima à Casa Espírita⁶⁰, que tem como patrono o senhor Francisco Dias da Cruz.

Muitas reuniões já haviam sido realizadas na residência de Albino Esteves, os quais contavam com a presença regular de Calíope Braga de Miranda, Eugênia Braga e Firmina Braga Esteves. Com o aumento dos assistentes, surgiu a idéia de fundar-se um Centro, cuja diretoria fosse constituída exclusivamente de senhoras. A idéia teve aprovação

⁵⁹ A redação do jornal era formada pelos senhores Albino Esteves com a gerência de Jayme Jenz, nome dado à Biblioteca da Casa Espírita.

⁶⁰ Esta foto encontra-se na SECRETARIA DA CASA ESPÍRITA.

geral. ⁶¹

As preocupações primordiais estavam relacionadas a: *área assistencial e divulgação da doutrina, principalmente entre os jovens e adolescentes.* Por essa razão várias medidas foram tomadas, como: a fundação do jornal, do Instituto Profissional Eugênia Braga (para moças carentes), a instalação da Biblioteca gerenciada pelo senhor Jayme Jenz com assessoria do senhor Albino Esteves, a Caixa de Natal dos Pobres e a Escola de Alfabetização João Lustosa. ⁶² Apesar da postura voltada para assistência social, as pessoas envolvidas no

⁶¹ Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 15/06/1998, pelo senhor Demétrio Pável Bastos.

⁶² **Jornal o Semeador**, 25/12/1920, Ano I, número 01. Ver também RAMOS, Lucy Dias. **Casa Espírita: lembrança do 72º aniversário.** Juiz de Fora: Livraria Espírita Cristã, 1991. p. 12. O atuante jornalista João Lustosa foi presidente do Centro União, Humildade e Caridade entre os anos de 1906 a 1917. Uma foto do Sr. João Lustosa pode ser observada em ESTEVES, Albino. op. cit., p. 281.

espiritismo enfrentaram enorme resistência por parte de algumas pessoas. Um movimento percebido em todo o território nacional. De acordo com algumas colocações do senhor Nilson de Oliveira Castro, no jornal *O Semeador*, no ano de 1986, as perseguições começaram, no Brasil, já na década de 80 do século XIX. Em Juiz de Fora, o Doutor Armínio Rego de Carvalho chegou a ser apedrejado por alguns fanáticos. Fato semelhante ocorreu, também, aos primeiros metodistas.

Paralela à Sampaio, onde se localiza a Casa Espírita, a rua Antônio Dias, na lembrança do senhor Wilson de Lima Bastos,

era uma rua risonha, clara, visitada o dia inteiro pelo sol, muito limpa, calçada em pé-de-moleque, com bastante movimento, quase todas as casas com canteiros floridos, apresentando ao menos uma flor em cada dia do ano, de modo àquele seu

*perfume característico. (...) tenho sempre presente o seu cheiro peculiar. Era a mistura de flores que agora caíram no desuso (...).*⁶³

Nesta rua, encontrava-se o símbolo da cultura católica, a Igreja do Rosário, que,

Durante o mês de maio estive em festas. As bênçãos eram movimentadíssimas e eu ficava empolgado com o brilho do altar, a beleza do cenário e do coro, o desfile dos anjos e das virgens, tudo, enfim, me era motivo de elevação ao que de sobrenatural parecia transformar-se o templo. Meu olhar não encontrava pouso, passando de um ponto a outro, admirando o padre no púlpito, tirando o terço, recitando a ladainha de Nossa Senhora, pondo incenso no turíbulo, que era logo agitado pelo sacristão, também denominado coroinha, de um lado para o outro,

⁶³BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 22.

*com a branca fumaça subindo em concomitância com o inesquecível odor característico que se espargia por toda a nave. Era admirável o silêncio de todos durante a bênção do Santíssimo, ao tilintar das companhias e, logo após, o Tantum Ergo.*⁶⁴

A Capela e, depois, Igreja do Rosário foi construída em terreno doado pela Senhora Rita de Cássia Tostes, casada com Antônio Dias Tostes (bisneto), conforme anexo 02, proprietário da antiga fazenda “Velha”. Em 1838 construiu nova sede no local ocupado até bem pouco tempo pelo Colégio Stela Matutina, na Av. Rio Branco.⁶⁵

As terras herdadas pelos 12 filhos do Tenente Antônio Dias Tostes (pai) cobria toda a área entre a rua Rui

⁶⁴ Idem. p. 103.

⁶⁵ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 44.

Barbosa e o bairro Bom Pastor. ⁶⁶Portanto, o local onde foi doado o terreno para a Irmandade do Rosário, era uma pequena parte da antiga Fazenda Velha de propriedade de Antônio Dias Tostes (bisneto). A doação da senhora Rita, já viúva, foi confirmada por seu sobrinho neto no momento do seu falecimento, quando da abertura do inventário. ⁶⁷ Rosário era a designação toponímica original dado ao local (Morro do Rosário). A primeira Capela teve o lançamento da pedra fundamental em 1893; as obras foram paralisadas e só chegou ao término em 1905, quase na mesma época da instalação do Instituto Granbery na rua Batista de Oliveira. A obra foi realizada pela Cia. Pantaleone Arcuri & Spinelli. ⁶⁸

⁶⁶ LESSA, J. **Juiz de Fora e seus pioneiros**. p. 32 a 38.

⁶⁷ Conforme depoimento concedido à Professora Leda Maria de Oliveira, em 16/06/1998, pelo Padre David José Reis. Ver também Livro de Tombos, folha 1. Sobre a família Tostes ver Anexo 02. Ver também ESTEVES, Albino. op. cit., p. 519.

⁶⁸ Foto da Igreja do Rosário em ESTEVES, Albino. op. cit., p. 338.

No plano mais baixo da rua temos, o **número 741**, herança recebida por Neuza Resende Almada Marques, advogada, passada pela mãe, senhora Alaíde Rezende Almada. Entre os outros proprietários: Zenóbia de Rezende Almada Werner e seu marido Alfredo Motta Werner, José Venâncio Almada Netto e Neuza de Rezende Almada Marques, Marília de Rezende Almada Sauna e seu marido Fernando Sauna, Virgílio Rezende Almada. ⁶⁹ A família é proprietária desta edificação desde a década de 50. ⁷⁰ Mais no alto da rua Antônio Dias há a casa de propriedade do senhor Luiz Otávio Barroso Silva, um dos filhos do Juiz Rui Barroso Silva. O **número 415**, foi adquirido junto aos irmãos do senhor Luiz Otávio. Algumas histórias sobre a rua Antônio Dias foram contadas pelo senhor Wilson de Lima Bastos, que morou

⁶⁹ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 2961/70.

lá e se lembra do animadíssimo leilão de um terreno pertencente a Senhora Rita Tostes, o qual foi arrematado pelo Coronel Arnulpho Moreira do Nascimento que o transferiu ao irmão doutor Raul Moreira.⁷¹ Próximo à casa construída para a família Nascimento, o senhor Wilson relembra que,

Na outra casa, morava uma família de sobrenome Barroso. O chefe, inteiramente ausente, parecia residir fora e a esposa nunca chegava à janela nem sequer para se lhe ver o formato do rosto. O rapazote, muito estranho, nunca teve ligações com a vizinhança. Apenas as duas meninas é que, de vez em quando, brincavam com minhas irmãs. Lembra-me tê-las visto em animados jogos de Três Marias. Correram o boato de que a dona tinha feito promessa de nunca

*sair de casa ou ser vista à janela. Será? Falavam de cá, falavam de lá, o caso até foi virando lenda. Que era esquisito era.*⁷²

Depois da casa dos Barroso, do lado esquerdo da rua não havia construção nesta época, por causa do morro. Somente depois do desmonte surgiu a casa de Sr. Álvaro Gervason e de sua esposa, senhora Pinota. Do outro lado havia um grande terreno de propriedade da Fábrica Meurer, com frente para a rua Espírito Santo. Depois das residências dos casais Marco Peres e Ciano, *estavam situadas as confortáveis mansões dos Pantaleone Arcuri e Sirimarco, duas das quais receberam o nome de castelinhos. Agora só resta um (...).*⁷³ Este único castelinho, **número 300**, hoje pertence aos Bracher, conforme veremos mais à frente.

⁷⁰ PASSAGLIA, Luis Alberto. **Pré-Inventário**. Volume III.

⁷¹ Sobre o Sr. Arnulpho Moreira do Nascimento ver BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 19 e 20.

⁷² BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 188.

Mais acima temos a residência de **número 310**. A planta original desta edificação foi assinada por Rafael Arcuri e as alterações, em 1946, foram feitas pela própria Cia. Pantaleoni Arcuri: um aumento e troca dos forros e assoalhos do segundo pavimento. Ela foi construída para residência do senhor Rafael Arcuri que, ainda nesta época, era seu proprietário.⁷⁴ O alvará de licença para realização das reformas, em 1946, foi assinado pelo engenheiro Reginaldo Arcuri. Foi no final da década de 60 que a casa passou às mãos do doutor José Carneiro Gondin. Já em 1970 o doutor Gondin pedia a *complementação do calçamento defronte a mesma, em face da abertura da*

⁷³ Idem. p. 189.

⁷⁴ Rafael Arcuri – 1891-1969. Natural de Juiz de Fora, Filho de Pantaleone Arcuri e Cristina Spinelli Arcuri. Casado com Isabel Mattei Arcuri. Fez os seus estudos na Itália, onde se diplomou engenheiro arquiteto. Diretor da Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri. foi autor de vários projetos em Juiz de Fora, entre eles a Prefeitura Municipal. PROCÍPIO FILHO, J. op. cit., p.283. Consultoria: Professora Mestre Maraliz de C. Vieira Christo.

*referida rua, para desmonte parcial do morro, que angustiava a referida artéria, naquele trecho.*⁷⁵ A compra, ocorrida no final da década de 60, conforme depoimento do próprio doutor Gondin, *teve a colaboração do doutor Arthur Arcuri que mostrou a casa do irmão Rafael*, que impressionava pela beleza. Na época em que o doutor Gondin mudou, o doutor Waldemar Bracher [1910-1988], já morava no **número 300**. A amizade se estabeleceu entre os dois vizinhos quando o senhor Waldemar teve certeza de que o doutor Gondin não iria alterar ou demolir a casa recém-comprada. Entre as duas edificações, existe apenas uma cerca viva (Hera) que nasce no terreno do doutor Gondin. No Natal havia trocas entre as famílias: o doutor Gondin levava pasta aos Bracher e,

⁷⁵ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 6844/46.

estes, levavam pão-de-mel à família Gondin.⁷⁶

O senhor Wilson de Lima Bastos se recorda que, numa das residências onde morou Rafael Arcuri,

*Havia uma escada interna, muitíssimo comprida, ligando as propriedades de cima com as oficinas lá embaixo, na rua Espírito Santo. Eu mesmo, mais de uma vez, fiz a peripécia de descê-la e subí-la juntamente com os amigos, chegando lá em cima quase estropeado. Era, portanto, mais prático e menos cansativo descer a Rua Antônio Dias, pegar a Progresso (Santos Dumont) e galgar a Espírito Santo.*⁷⁷

O "Castelinho do Pantaleone" no **número 300**, também foi residência do senhor Raphael Arcuri, que a projetou. Ao lado havia outra casa pertencente à família, a

⁷⁶ Conforme depoimento do doutor José Carneiro Gondin e da artista plástica Nívea Bracher, concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 04/06/1998.

de Tiso Arcuri. A família Bracher mudou-se para esta casa em 1952, depois de uma reforma projetada e executada por Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira. Foram feitas apenas uma limpeza e pintura.

A família Bracher exerceu um importante papel no ambiente cultural de Juiz de Fora nas décadas de 50, 60 e 70. Ligada à música e às artes plásticas, no interior de sua residência se formou o Coral Pio XII, com o apoio de D. Hemengarda, esposa do Dr. Waldemar, que, em 1967, transformou-se em ponto de partida para o coral da UFJF. Assim, também, do atelier dos filhos (Décio, Carlos e Nívea) na garagem, saiu a Galeria de Arte Celina, aberta no antigo escritório do pai, na Galeria Pio X, com o objetivo de aproximar os artistas do público, dada a inexistência de espaços específicos para exposições, representando, em plena ditadura, um dos poucos lugares

⁷⁷ BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 191.

abertos ao debate. O, agora, “Castelinho dos Brachers” era conhecido como ponto de encontro de uma geração que vivenciava as profundas mudanças de comportamento dos anos dourados e de chumbo. Como bem nos coloca Olívio Tavares de Araújo:

E a ‘amabilis insania’ – a qual, segundo Horácio (que assim a denominou), afeta inevitavelmente os poetas e artistas? Creio que a percebi desde o primeiro instante, ao entrar, nos fins dos anos 60, na casa dos Brachers. Num momento de sorte, Waldemar tinha conseguido comprar um palacete do começo do século, em estilo castelinho, bem no alto de uma rua de onde se vê metade da cidade (Mas não se pense que ele ficara próspero. Pelo contrário. Houve fases em que, na casa, tudo se vendeu, menos ela mesma e o piano). Até hoje o castelinho é visto pela vizinhança como um ninho de excêntricos –

*embora a fama nacional de Carlos Bracher tenha acabado com qualquer outra eventual restrição da comunidade.*⁷⁸

Na época em que foi comprado, o senhor Raphael Arcuri ainda morava na casa ao lado, depois vendida ao doutor Gondin. O senhor Artur Arcuri morava em frente e os fundos da casa do doutor Waldemar fazia divisa com a Cia. Pantaleoni Arcuri. A casa, vendida em 27 de dezembro de 1951, teve outros proprietários depois do senhor Raphael: o senhor Sebastião Lopes Valadão e sua esposa senhora Maria Geralda Costa Valadão.⁷⁹ Conforme depoimento de Nívea Bracher, as casas operárias que ficavam mais adiante à sua residência

⁷⁸ ARAÚJO, Olívio de Tavares, *Memórias e reflexões a partir de Carlos Bracher*. In: ---. Bracher. São Paulo: Métron, 1989. p.76. O último parágrafo referente à família Bracher, consultoria da Professora Maraliz de C. Vieira Christo.

⁷⁹ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de

também pertenciam à Cia. Pantaleone Arcuri.⁸⁰

É nesta lógica de propriedade, ligada à Cia. Pantaleone Arcuri, que o prédio de **número 124**, esquina com **Osório de Almeida**⁸¹, pode ser relacionado. Toda a parte de trás, posterior ao castelinho do Pantaleone, hoje dos Bracher, eram terrenos de propriedade da Companhia. Conforme depoimento da senhora Maria da Glória Moreira Ronzani e de sua filha a senhora Vânia Maria Moreira Ronzani a *rua Antônio Dias era de pé-de-moleque, era tudo do Pantaleone.*⁸² Nesta área, já

Comunicação (DICOM), processo número 9971/51.

⁸⁰ Conforme depoimento de Nívea Bracher, artista plástica, concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 04/06/1998..

⁸¹ Conforme ESTEVES, Albino. op. cit., p. 163. *A rua começa no fim das ruas Espírito Santo e 15 de Novembro e princípio de Carlos Otto, terminando no Poço Rico, começo da rua Mac-Adam. Resolução n. 579 de 16/07/1906 mudou a denominação da antiga rua do Cemitério para a de Osório de Almeida. Constitui uma homenagem ao Sr. Dr. Gabriel Osório de Almeida.*

⁸² Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de

nas imediações do bairro Poço Rico encontra-se o imóvel de **número 124**, esquina com a **rua Osório de Almeida**, de propriedade da senhora Maria Garcia, também construído pela Companhia Pantaleone Arcuri.⁸³ Hoje, abriga uma morada no pavimento superior e no inferior há um armazém, uma marmoaria e um bar. A escolha de Pantaleone pela área se deu, muito provavelmente, porque neste lugar, próximo às margens do rio Paraibuna, ainda não havia se processado o aterro necessário para controlar as enchentes. Exatamente por isso o custo das terras era muito baixo.

O local é uma área de grande valor histórico porque

Oliveira, em 20/06/1998, pelas senhoras Maria da Glória Moreira Ronzani e sua filha Vânia Maria Moreira Ronzani. Ambas moram na rua Antônio Dias, a um quarteirão do prédio em processo de tombamento, numa casa também construída pela Cia. Pantaleone Arcuri.

⁸³ O bairro Poço Rico foi assim *denominado por ter o Rio Paraibuna um determinado local altamente piscoso.* PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 335.

lá se concentram um grande número de famílias italianas: Trevizani, Pavani, Henriques, Ronzani, Perniza e outras.

⁸⁴ Algumas delas vieram para o Brasil para trabalharem com Pantaleone. Enquanto fonte e documento para pesquisas futuras, os remanescentes dos empreendimentos da Companhia revelam, juntamente, com as histórias orais do cotidiano dessas pessoas, lacunas importantes de nossa história que estão, ainda, para serem escritas. Histórias de vida que se misturam com as histórias das construções e do próprio bairro. Relatos ricos que ainda possuem referências físicas nos próprios prédios que resistem. Através deles as memórias da senhora Maria da Glória, de 94 anos, e da senhora Vânia afloram e trazem de volta as brincadeiras das crianças no morro da Antônio Dias e o vizinho japonês, Nakata, que participava ativamente da

⁸⁴ Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 20/06/1998, pelas senhoras Maria da Glória Moreira

festa de São João iniciada pelos italianos. ⁸⁵ Elementos culturais que se misturam e que ainda não foram traduzidos pela história.

Toda esta área, compreendendo o final da rua Espírito Santo e esta parte da rua Osório de Almeida, apresentam características que as unificam: surgidas das águas do rio Paraibuna, essas terras abrigavam não apenas os prédios da Companhia Panatellone mas também as casas de muitos dos funcionários que lá trabalhavam, como por exemplo, a família Húngaro. ⁸⁶ Conforme depoimento do

Ronzani e sua filha Vânia Maria Moreira Ronzani.

⁸⁵ Idem. Esta festa deixou de existir em função do falecimento da senhora Nakata, no dia em que fazia os pastéis para a festa; ela foi retomada alguns anos depois, com outro sentido, apenas para alegrar as crianças e a fogueira era feita com as caixas de papelão que os familiares de dona Vânia trazia da Casa Santos, da qual eram proprietários.

⁸⁶ Idem. O primeiro proprietário da casa onde hoje mora do Maria da Glória era o senhor Joaquim dos Santos Silva e sua esposa dona Doravite Húngaro dos Santos, que a compraram de Pantaleone. Toda a família Húngaro trabalhava na Companhia Pantaleone

senhor Nilton Soranço, *foi o Pantaleone quem fez a avenida de casas na rua Espírito Santo*, inclusive a que ele mora.⁸⁷ Havia também casas construídas pela Companhia Mineira de Eletricidade, que se estabeleceram na rua Antônio Dias na direção do “Castelinho da CEMIG”. Outra faixa de terreno era dos Meurer, que instalou sua fábrica na rua Espírito Santo.

Outras duas residências da rua Antônio Dias, fogem um pouco do padrão de propriedade da família Arcuri, conforme pudemos observar mais para o alto da rua. Os **números 593 e 617**, pertencem à Sociedade Beneficente de Juiz de Fora. O **número 593**, assim como a residência vizinha, no número 595, foram construídos no início do século. No primeiro, construído em 1920, residiram o

Arcuri.

⁸⁷ Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 21/06/1998, pelo senhor Nilton Soranço, 82 anos, marmorista que prestava serviços à Companhia Pantaleone Arcuri.

doutor Pedro Meurer e sua esposa senhora Elza Pliske Meurer e, também o cirurgião dentista doutor Júlio Torres e sua esposa senhora Mariquinha.

Antes, contudo, cabe um breve histórico da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora e seu estabelecimento no bairro Granbery, dividindo espaço com o Instituto Granbery e com a Cia. Pantaleone Arcuri. A primeira reunião da Sociedade ocorreu na Fábrica de Cerveja José Weiss, em 27 de fevereiro de 1885. Entre os sócios fundadores podemos destacar os senhores: Alfredo Augusto de Carvalho, Charles Paul Blanchard, Joaquim Pinto Corrêa, João Antunes Rosa, José Pinto Corrêa, Antônio Gomes Schmith e João Nephtalin Machado de Moraes. Uma diretoria que, diferentemente daquela instalada na Casa Espírita, era composta apenas por homens.⁸⁸ Uma exigência expressa no próprio Estatuto

⁸⁸ A composição feminina da Casa Espírita não estava relacionada a

da Sociedade (ANEXO 03). A instalação definitiva, em 15 de março do mesmo ano, foi realizada no escritório da redação do Jornal O Pharol, onde o seu primeiro diretor foi o Comendador Manoel José Pereira da Silva.⁸⁹

Da presidência e diretoria da instituição, participaram nomes de alto prestígio em nosso meio: Manoel José Pereira da Silva (1885), Bernardo Mascarenhas (1888), Geraldo Augusto de Rezende (Barão do Retiro, 1897), Dr. João Nunes Lima (1902), Dr. Luiz Gonçalves Penna (1904), João Borges de Mattos (1919-1927), além de Gustavo Portilho de Mattos, Cristino Ribeiro, Dr. Besnier de Oliveira, Antônio Anselmo, Américo da Cunha,

uma exigência. Contudo, mostra a participação feminina na sociedade. As mulheres tinham mais tempo disponível às obras assistenciais prestadas pela Casa Espírita, numa época em que cabia aos homens, o papel de provedores das necessidades materiais dos lares.

⁸⁹ ESTEVES, A. op. cit., p. 250.

*Francisco Cezário, Júlio Cândido, Albino Soares, João Coelho Netto, Antônio Pedro Lopes Júnior, Júlio Coelho Pereira de Magalhães, Antônio Mattos Filho, Luiz Pereira Netto, Pedro Pereira Netto, Paschoal Senatori e muitos outros (...).*⁹⁰

A Sociedade é uma entidade que pode ser considerada como precursora do sistema previdenciário no Brasil.⁹¹ No ano de seu centenário já contava com 297 sócios remidos que gozavam dos direitos de assistência médica, farmacêutica e hospitalar em casos de acidentes pessoais ou doença além de uma pensão para os casos de invalidez.⁹² Nesse sentido, a Sociedade Beneficente de Juiz de Fora parece ser a única no gênero. Entre as várias

⁹⁰ BASTOS, Wilson de Lima. **Badalo do Sino**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1987. p. 182.

⁹¹ **Estado de Minas**, 17/03/1985. Ver descrição completa do artigo em BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 180-181.

⁹² Idem.

sociedades fundadas no município nenhuma delas ofereceu os mesmos benefícios a seus sócios. Algumas delas foram fundadas ainda no final do século XIX: Società Italiana di Mutuo Socorso, fundada em 1887, Sociedade Auxiliadora Portuguesa, fundada em 1891, Sociedade Beneficente Brasileira Alemã, fundada em 1898. A mais antiga foi a Sociedade Alemã de Beneficência, fundada em 1872. Outras surgiram no início deste século, quando o Brasil ainda não apresentava qualquer solução previdenciária institucional: o Albergue dos Pobres, fundado pelo Centro Espírita União, Humildade e Caridade, Assistência Dentária Escolar Francisco Valladares, Associação de Amparo aos Pobres, Associação dos Empregados do Comércio e Associação Tipográfica Beneficente Mineira.⁹³

⁹³ ESTEVES, A. op. cit., p. 248 a 251. Foto da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, p. 250.

Entre os anos de 1901 e 1970 a Sociedade teve sua sede localizada na rua **Barão de Santa Helena, número 217/229/245**. Posteriormente, passou para a avenida Barão do Rio Branco, na sala 610 do Edifício São Lucas.⁹⁴

*Logo que instalada a instituição, a benemerita Senhora Dona Rita de Cássia Tostes, a grande benfeitora, fez doação, por escritura pública, de um extenso terreno em que foram construídas diversas casas ocupando parte da Rua Barão de Santa Helena, do número 229 à esquina com a Rua Antônio Dias, o lado ímpar desta até a esquina com a Rua do Progresso (hoje Santos Dumont) e parte desta, no lado par.*⁹⁵

As doações efetuadas pela dona Rita Tostes podem ser melhor visualizadas através do mapa 02.⁹⁶ Elas

⁹⁴ **Estado de Minas**, 17/03/1985.

⁹⁵ BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 181.

⁹⁶ GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.

Núcleo Histórico do bairro Granbery
bairro Granbery

englobam, na rua Barão de Santa Helena, seis casas em processo de tombamento: os números **181, 195, 201, 217/229/245** (sede da Sociedade até a década de 70), **249/257** e **269/273**, todas construídas para aluguel;⁹⁷ além das outras duas residências localizadas na rua Antônio Dias, já mencionadas acima.

No prédio de **número 195**, residiu o farmacêutico Vespasiano Pinto Vieira, casado com a senhora Nazinha. O filho do casal, doutor Vespasiano Pinto Vieira Filho, antigo Juiz da Justiça do Trabalho, foi ex-diretor da Faculdade de Direito da UFJF. Doutor Vespasiano também ocupou o cargo de Reitor como Decano do Conselho Universitário. Ao lado, no **número 201**, residiram os ilustres educadores Paulino de Oliveira e Isabel Bastos de Oliveira. O senhor Paulino de Oliveira

⁹⁷ O fato de serem construídas para aluguel acarreta algumas características distintas na construção: as casas normalmente são

Núcleo Histórico do

tem diversas obras sobre a história da cidade. A outra parte desta casa, que dava para a rua Antônio Dias, foi residência do senhor Alfredo Soares de Oliveira, pai do médico José Soares de Oliveira, do ex sub-gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais Silvestre Soares de Oliveira, e do advogado René Soares de Oliveira.⁹⁸

O **número 217/229/245**, onde funcionou a sede da Sociedade Beneficente, foi construído em 1901, ostentando ainda hoje em seu frontão central uma imagem alegórica à caridade, símbolo da sociedade, também impresso em seu Estatuto. Posteriormente, o prédio funcionou como sede da Sociedade Beneficente dos Irmãos Artistas.⁹⁹ A sede da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora além do conservado e organizado arquivo, também, mantém vários quadros, como por exemplo, a de

geminadas e apresentam um quintal menor.

⁹⁸ PASSAGLIA, Luiz Alberto. **Pré-Inventário**. Volume III.

sua benfeitora, senhora Rita de Cássia Tostes. O quadro *em óleo foi pintado por Hipólito Caron, em 1892.*¹⁰⁰

Além do retrato de Senhora Rita de Cássia Tostes, há o retrato de Alfredo Ferreira Lage, grande proprietário no bairro Santa Helena. Outro pintor, Ângelo Bigi, pintou um quadro com os membros fundadores, cercados por ornatos.

Logo ao lado, a residência de **número 249/257/265** foi comprada junto à Companhia Organização Agrícola Mineira,¹⁰¹ em 1900, pelo Dr. Alfredo Ferreira Lage, que vendeu à Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, em 1938, no valor de vinte contos de réis. Na escritura o

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ **Estado de Minas**, em 17/03/1985. Sobre Hipólito Caron ver VALE, Vanda Arantes do. **Pintura Brasileira do século XIX - Museu Mariano Procópio**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995. p. 202 e 203.

¹⁰¹ A Companhia foi criada em 1894, tendo como presidente o Dr. Alfredo e como diretores os senhores Francisco Isidoro Barbosa Lage e Francisco Eugênio de Rezende. PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 37.

imóvel aparece assim descrito:

um terreno a rua atrás denominada [Santos Dumont], com 11 m de frente por 68,04m de fundos até a rua Barão de Santa Helena, com uma casa construída pela própria adquirente, a qual dá frente para a rua Barão de Santa Helena e tem o número 257, bem como outro terreno anexo a mesma rua Santos Dumont com 11m de frente por 34,32m de fundos, dividindo por seus diferentes lados com as ditas ruas com a adquirente, com Paulino Escalda Ferri e com Dona Anna de Aquino Vieira. O imóvel descrito foi havido pelo transmitente por compra a Companhia Organização Agrícola Mineira, anteriormente a vigência do Código Civil. Adquirente: Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, representada por seu presidente Christino Ribeiro e por seu tesoureiro Gustavo Portilho de Matos. Tansmitente: Dr. Alfredo Ferreira

*Lage, viúvo, bacharel em direito,
residente nesta cidade.*¹⁰²

Quatro anos antes, em 1934, a Sociedade adquiriu a propriedade referente ao **número 269/273**. No registro de Imóveis número 1.392, a Sociedade pede que conste o terreno 269, com 9,55m por um lado confrontando com o imóvel 279 da rua Barão de Santa Helena de Renê Pinto Vieira; 10,60m, mais 27,90m por outro lado confrontando com o imóvel 265 da referida rua, de propriedade da requerente; e 12m pelos fundos *conforntando com o imóvel 280 da rua Santos Dumont, de João Vigorito, bem como o número 269 do porão do imóvel.*¹⁰³ O imóvel situado no **número 269/273** teve seu pedido de habite-se em 1950. Teve projeto de um acréscimo à construção (um

¹⁰² SECRETARIA DA SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA. Pasta: Escrituras de Imóveis. Cartório do 2º Ofício, folha 271 do livro 3-C, número 3.374.

¹⁰³ Idem. folha 235, livro 3-A, registro número 1.392, em

salão), de Waldir José Assad e como construtor João Ferreira Leite. Outros reparos externos e internos foram realizados, como pintura geral, em 1968.¹⁰⁴

Diferentemente, o terreno onde fora construído o prédio de **número 181**, foi adquirido ainda no século passado, por doação da senhora Rita de Cássia Tostes, em 30/03/1886. Conforme o registro do imóvel, o terreno *à rua Antônio Dias, medindo até um valo 103,40m pela rua Barão de Santa Helena, com a qual faz esquina, e pela rua Antônio Dias 22m*, confrontava, na ocasião com outro terreno da senhora Rita e com Eduardo Camillo.¹⁰⁵

Outros dois imóveis fogem do padrão de propriedade da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora: os

14/07/1934.

¹⁰⁴ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 1713/49.

¹⁰⁵ SECRETARIA DA SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA. Pasta: Escrituras de Imóveis, folha 245, livro 4-A, registro número 1.451, em 23/06/1886.

números 47/63 e 98. O **número 98** foi construído no início do século e serviu

*por muito tempo de residência da viúva e modista Sra Júlia Reis. O filho mais é Edmundo Conde, residente nesta cidade e proprietário do sítio Saragoça, em Salvaterra. A referida viúva, em 1934, vendeu a propriedade a Francisco Batista do Nascimento, ilustre cidadão pai do Comendador Arnulpho Nascimento, do Dr. Raul Moreira do Nascimento, ilustre advogado militante no fórum da comarca de Juiz de Fora e ex-prefeito de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Anos depois, o Sr. Francisco Batista do Nascimento passou o prédio para seu filho caçula, Arnulpho do Nascimento, enviuvando-se, o vendeu ao Sr. Décio Canabrava, atual proprietário.*¹⁰⁶

¹⁰⁶ Declaração do Senhor Wilson de Lima Bastos em PASSAGLIA, Luiz Alberto. **Pré-Inventário**. Volume III.

O outro imóvel, de **número 43/67**, *confrontando de um lado com Adelaide Peçanha e Major Plácido, do outro, com Paudim dos Santos e nos fundos com o espólio de Raphael de Souza ou sucessores*, foi passado por herança, em 1976, dos senhores Orlando Gerken Delmonte e sua esposa Maria Aparecida Faria Delmonte, à Sibelius Gerken Delmonte e sua esposa Regina Maria Villela Delmonte.¹⁰⁷

Enfim, os vários imóveis aqui relacionados e distribuídos nas ruas Batista de Oliveira, Barão de Santa Helena, Sampaio e Antônio Dias, configuram-se em documentos importantes para explicar a ocupação ocorrida no bairro Granbery. Através deles, a história encontra pistas e indícios da pluralidade religiosa e cultural que passou a ocorrer a partir do início deste século, numa área

¹⁰⁷ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 4126/58

Núcleo Histórico do bairro Granbery bairro Granbery

até então periférica da cidade. Exatamente por apresentar esta condição periférica, esta área atraiu pessoas interessadas em um estilo melhor de moradia, mais saudável. Lá se estabeleceram as casas de alugueis da Sociedade Beneficente e seus ilustres inquilinos. Assim como, também, apresentava espaço para o estabelecimento dos empreendedores Arcuri e Spinelli, recém-chegados a exemplo dos americanos. Os primeiros implantando uma nova perspectiva de construção e os segundos, um novo estilo de vida e de comportamento. A eles se somou uma doutrina alternativa, a Espírita. Nesta área em que a cidade se fundava, longe do centro de povoamento estabelecido no Alto dos Passos, todos encontraram seu espaço.

O breve exercício executado nesta análise é apenas um indicativo da riqueza desses documentos. Muito ainda precisa ser analisado em relação às interações culturais que se processaram, com o cotidiano daqueles que viveram

Núcleo Histórico do

momentos de transição econômica e ebulição cultural, pelo qual passou a cidade. Destruindo estes rastros, visíveis a partir das edificações em processo de tombamento, estaremos destruindo o caminho que nos mostrará nossa origem, as bases do que somos hoje.

A parte referente aos aspectos arquitetônicos não foi entregue, pela Equipe da Arquitetura, para edição e publicação.

Granbery,

2. FONTES

2.1 FONTES ESCRITAS

MUSEU MARIANO PROCÓPIO

- **Almanaque de Profissões de Juiz de Fora, 1891.**
- **Catálogo telefônico.** n. 21. Juiz de Fora, 1916.
- **Catálogo telefônico.** 1935
- **Catálogo Telefônico.** 1942.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO (IPPLAN)

- PASSAGLIA, Luis Alberto. **Pré-Inventário.** Volume III.

INSTITUTO GRANBERY

ARQUIVO DOCUMENTAL Dr. LANDER.

- Caixa 179 a 183: Documentos Cartoriais,
- Livro de Atas número 1, de Reuniões da Diretoria do Instituto

SECRETARIA DA CASA ESPÍRITA

Jornal O Semeador, Setembro de 1984. Artigo: “Casa Espírita; sua história. Parte III”.

Jornal O Semeador, 25/12/1920, Ano I, número 01.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO (DICOM)

- Processos número 2961/70; 6844/46; 9971/51; 1713/49; 183/44 e 4126/58

SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA

1. **Estado de Minas**, 17/03/1985.

2. Escrituras de Imóveis.

- Cartório do 2º Ofício, folha 271 do livro 3-C, número 3.374.
- Registro de Imóvel: folha 235, livro 3-A, registro número 1.392, em 14/07/1934.
- Registro de Imóvel: Folha 245, livro 4-A, registro número 1.451, em 23/06/1886.

CARTÓRIO MASSOTE

- Livro 1-B, folha 193, número 23.500.

2.2 FONTES ORAIS

- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 11/06/1998, pelo senhor Antônio Vidal Campante.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 14/06/1998, pela senhora Maria Ignez Michels.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 15/06/1998, pela senhora Aelce Horácio de Souza.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 15/06/1998, pelo senhor Demétrio Pável Bastos.
- Depoimento concedido à Professora Leda Maria de Oliveira, em 16/06/1998, pelo Padre David José Reis.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 04/06/1998, pela artista plástica Nívea Bracher.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 04/06/1998, pelo doutor José Carneiro Gondin. Médico ginecologista.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 04/06/1998, pela senhora Jahira Mattos de Medeiros.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de

Oliveira, em 04/06/1998, pelo doutor Waldemar Medeiros. Dentista

- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 20/06/1998, pelas senhoras Maria da Glória Moreira Ronzani e sua filha Vânia Maria Moreira Ronzani.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 21/06/1998, pelo senhor Nilton Soranço, 82 anos, marmorista que prestava serviços à Companhia Pantaleone Arcuri.

2.3 BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Olívio de Tavares. Memórias e reflexões a partir de Carlos Bracher. In: ---. **Bracher**. São Paulo: Métron, 1989.
- CHRISTO, Marliz de Castro V. **Europa dos pobres: A Belle Époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.
- ESTEVES, Albino. **Álbun do Município de Juiz de Fora - 1915**. Belo Horizonte: Editora Oficial, 1915.
- GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1990.

- PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1994.
- NOVAES NETO, Arsênio Firmino. **As crises de um ideal - Os primórdios do Instituto Granbery (1889-1922)**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1997.
- OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides juizforana**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985.
- PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão**. Juiz de Fora: Ed. do autor, 1979.
- RAMOS, Lucy Dias. **Casa Espírita: lembrança do 72º aniversário**. Juiz de Fora: Livraria Espírita Cristã, 1991.
- VALE, Vanda Arantes do. **Pintura Brasileira do século XIX - Museu Mariano Procópio**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

ANEXO 01¹⁰⁸

O Barão de Santa Helena, (José Joaquim Monteiro da Silva) nasceu em 27 de agosto de 1827, no Brumado, hoje cidade de Entre Rios, na fazenda denominada Tanque. Foram seus progenitores Protássio Antônio da Silva e Anna Helena Monteiro de Castro. Pelo lado paterno, pertence à grande família mineira Rezende e Silva, Góes e Lara, originária das freguesias de Lagoa Dourada, Prado e Lages. Pelo lado materno, derivou da grande família Monteiro de Barros, primeiramente estabelecida na freguesia de Congonhas do Campo e da qual têm saído varões notáveis, entre os quais o senador Marco Antônio Monteiro de Barros, o visconde de Congonhas do Campo e o barão de Paraopeba.

Concluindo os seus estudos no Colégio de Congonhas do Campo, dedicou-se à vida de lavrador, neste município, na fazenda de Santa Helena. Resolveu entregar-se ao desempenho das funções de ordem pública: ocupou, primeiramente, e por mais de uma vez, o cargo de vereador da Câmara deste município, tendo sido o seu

¹⁰⁸ ESTEVES, Albino, op. cit. p. 522.

presidente por espaço de alguns anos. Os serviços que no exercício de tais funções prestou ao município, grangearam-lhe logo poderosa influência e prestígio.

Filiado, no antigo regime, ao Partido Conservador, foi reconhecido, pouco depois de aparecer na vida pública, seu chefe nesta zona. Desempenhou, no município, muitos outros cargos. A sua influência, a princípio restrita ao município de Juiz de Fora, estendeu-se, em pouco tempo, por todo o território mineiro, de modo que nos últimos tempos da monarquia, era o barão de Santa Helena o chefe de maior prestígio do Partido Conservador, na Província de Minas. Essa influência valeu-lhe a inclusão do seu nome na chapa oficial do Partido Conservador para as eleições senatoriais que se realizaram na província no ano de 1887.

Antes desse pleito eleitoral, no qual, embora não lograsse ver o seu nome figurar na lista tríplice, obteve grande número de sufrágios, foi vice-presidente da província de Minas, cargo para o qual o nomeou o governo imperial em setembro de 1885. Aberta, no Senado, pelo falecimento do Sr. Conselheiro Antão, nova vaga, foi o nome do Sr. barão de Santa Helena incluído de novo na edição que se seguiu, em chapa oficial do Partido Conservador. Nesse pleito eleitoral, realizado em abril de 1889, o seu nome saiu triunfante, tendo figurado na lista

tríplice, submetida à escolha imperial. Por decreto desse mesmo ano foi o Sr. barão de Santa Helena nomeado senador do Império, tendo sido o penúltimo escolhido pelo falecido imperador. Tomou assento no Senado poucos dias antes da revolução republicana de 15 de novembro.

Proclamada a República, os republicanos de Minas elegeram-no deputado constituinte, mandato que não quis desempenhar. Por volta de 1897 havia se afastado inteiramente das lutas políticas. Os serviços que prestou à causa pública foram muitos, podendo ser mencionados na indústria o seu esforço profícuo para que se convertesse em realidade a estrada de ferro União Mineira, da qual foi diretor. O Banco de Crédito Real de Minas Gerais, de nossa praça, deve, em grande parte o grau de agradecimento a que atingiu, aos serviços e ao nome do Sr. barão de Santa Helena, que era o seu presidente. Faleceu em João Ayres, em 30 de agosto de 1897.

ANEXO 02

FAMÍLIA TOSTES ¹⁰⁹

Antônio Dias Tostes-----Maria Francisca de Jesus

Antônio Dias Tostes (neto) ...1850-----Ana Maria Sacramento

||
Antônio Dias Tostes (Bisneto)..1884-----Rita de Cássia Florinda de Assis
Fonseca Tostes

[também conhecido como Capitão Antonio Dias Tostes (filho)]

||
sobrinha: Josefina da Fonseca Tristão-----Cel Custódio da Silveira
Tristão (1837-1898)

.....
“Antônio Dias Tostes (Neto) – 1...-1850

Natural de Santa Rita do Ibitipoca. Filho de Antônio Dias Tostes (Filho) e Maria Francisca de Jesus. Era chamado de “o moço” em alguns documentos existentes nos arquivos da cidade de Barbacena. Em Juiz de Fora era conhecido também como o “Tenente Antônio Dias Tostes”. Foi casado com Ana Maria do Sacramento em primeiras núpcias e com

¹⁰⁹Pesquisa sobre a família Tostes elaborada pela Professora Maraliz de C. Vieira Christo.

Guilhermina Celestina da Natividade em segundas, sendo que esta era viúva de Francisco Paula Xavier Hoffenbauer. É legitimamente considerado um dos fundadores de Juiz de Fora. Proprietário da fazenda do “Retiro” e da fazenda “Juiz de Fora” É titular de rua. Cavaleiro da Ordem de Cristo”

“Antônio Dias Tostes (Bisneto) – 18...-1884

Filho de “Antônio Dias Tostes (Neto) e de Ana do Sacramento. Casou-se com Rita de Cássia Florinda de Assis Fonseca Tostes. Conhecido por ‘Capitão Antonio Dias Tostes (filho)’ pois era Capitão da Guarda de Honra do Imperador D. Pedro II. Proprietário da antiga fazenda “Velha”. Em 1838 construiu nova sede no local ocupado até bem pouco tempo pelo Colégio Stela Matutina, na Av. Rio Branco. Vereador de 1857 a 1869. Não tendo filhos, por testamento de 1883, ele e sua mulher D. Rita, legaram todos os seus bens, inclusive a Fazenda da Tapera (da qual reservaram apenas 10 alqueires) à sua sobrinha e filha de criação e que dedicavam grande afeto, D. Josefina da Fonseca Tristão, esposa do Cel. Custódio da Silveira Tristão.”

FONTE: PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão**, p. 44

ANEXO 03

EXTRATO DOS ESTATUTOS ¹¹⁰

Art. 1- “A Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, Instalada na cidade do mesmo nome, em 15 de março de 1885, da qual foram iniciadores Alfredo Augussto de Carvalho, Charles Paulo Blanchard, Joaquim Pinto Corrêa, José Pinto Corrêa, João Antunes Rosa, Antonio Gomes Smith e João Nethtalim Macedo de Moraes, compõe-se de número ilimitado de sócios, sem distinção de nacionalidade, desde que se achem nas condições prescritas por estes estatutos.”

Art. 2 – Sede social = Juiz de Fora

Art. 3 – “O tempo de duração da Sociedade é ilimitado, não podendo ela contrair empréstimos, transigir, renunciar direitos, alienar, hipotecar ou empenhar bens, nem fazer função com qualquer outra, senão por dois terços dos sócios quites e especialmente convocada para esse fim, conservando em todos os casos o seu título”.

Art. 4 – “Sendo o patrimônio da Sociedade constituído de bens inalienáveis, não poderá ela extinguir-se, e muito menos desfaltar-se salvo prescrição em contrário, da legislação em vigor ou por determinação da assembléia constituída de acordo com o artigo

¹¹⁰ Dados obtidos na DICOM processo número 183/44. **ESTATUTOS da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora**, aprovados em Assembléia Geral Extraordinária de 17/04/1904 e reformulados em 19/04/25 e 19/12/ 1937. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1938. Pesquisa realizada pela Professora Maraliz de C. Vieira Christo.

antecedente.”

Art. 6 – “ A Sociedade Beneficente de Juiz de Fora tem por objeto e fins:

- a) Socorrer seus sócios nos casos de moléstia, desastre ou invalidez;
- b) Concorrer para o funeral de seus sócios de acordo com o art. 45 e seu parágrafo único.
- c) Dar pensão às famílias dos sócios falecidos”

Capítulo II: Dos sócios, sua admissão, qualificação, direitos, deveres e penas

Art. 8 – “A sociedade admite como sócios todos os nacionais e estrangeiros de ocupação honesta e bons costumes”

Art. 9 – “Para ser admitido como sócio, a Sociedade exige;

I. Não ter defeito físico, nem moléstia crônica ou incurável que no futuro possa alegar com prova de impossibilidade para o trabalho

II. Não ser menor de 15 nem maior de 55 anos de idade

III. Exercer ocupação honesta, ter bons costumes e estar no gozo de seus direitos civis;

IV. Ser proposto por um sócio no uso e gozo de seus direitos sociais

V. Não ser analfabeto

VI. Submeter-se, à custa própria, a exame com médico designado pela Diretoria

Parágrafo ÚNICO: É inadmissível sócio do sexo feminino”

Capítulo II – Da classificação dos sócios

Art. 11º - “Os sócios classificam-se em: Fundadores, contribuintes, remidos, honorários, beneméritos, benfeitores e protetores...” [obs: todos pagam]

A obra
O Núcleo Histórico do bairro Granbery/ Nota Prévia de Pesquisa
da autoria de
Patrícia Falco Genovez,
publicada pela **CLIOEDEL** - Clio Edições Eletrônicas -
foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:
tamanho do papel: Carta,
orientação: paisagem,
margens superior e inferior:
3,17 cm,
margens esquerda e direita:
2,54 cm
medianiz: 0 cm,
distancias do cabeçalho
e rodapé em relação à
borda do papel: 1,25 cm.
O texto foi digitado em
Word 6.0 para Windows,
com fonte Times New Roman 14,
espaço 1,5 e recuo de parágrafo de 1,27 cm.
As notas de rodapé, com mesma fonte, mas tamanho 12.
E as transcrições de mais de 3 linhas
em itálico e com recuo de 2 cm à
esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos autorais desta obra são propriedade da autora. A obra pode ser obtida gratuitamente através da BIBLIOTECA VIRTUAL DE HISTÓRIA DO BRASIL <<http://ww.ufjf.br/~clionet/bvhbr>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e estrutura eletrônica.